

# **CURRÍCULO E AVALIAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO PANDÊMICO: IMPLEMENTAÇÃO DE ORIENTAÇÕES NA VISÃO DE DIRETORES ESCOLARES**

Cláudia Oliveira Pimenta  
Fundação Carlos Chagas – Brasil  
[cpimenta@fcc.org.br](mailto:cpimenta@fcc.org.br)

Vandré Gomes da Silva  
Fundação Carlos Chagas – Brasil  
[vgomes@fcc.org.br](mailto:vgomes@fcc.org.br)

## **I - Introdução**

A pandemia da Covid-19 e o conseqüente isolamento social, por ela provocado, trouxe desafios de diversas ordens para a educação, no Brasil e no mundo, em seus diferentes níveis e etapas. No que concerne à Educação Básica, a reorganização do trabalho e das ações pedagógicas, mediadas (ou não) por tecnologias e ofertado de forma remota, certamente se constituiu como um dos aspectos mais desafiadores do referido contexto para os estudantes, suas famílias e para os professores, seja pelo pouco acesso à equipamentos tecnológicos e internet, seja pelas dificuldades metodológicas e operacionais para lidar com as tecnologias e efetivar, de modo satisfatório, os processos de ensino e aprendizagem realizados remotamente.

O estudo aqui apresentado é um recorte de uma pesquisa maior que, à luz de estudos de análise de implementação de políticas (BALL; BOWE GOLD, 1992; BALL, 1994; LASCOUMES; GALÉS, 2012; LOTTA, 2014), buscou compreender como as orientações estabelecidas por normativas e documentos oficiais didático-pedagógicos, publicados entre março de 2020 e maio de 2021, pela Secretaria Estadual de Educação Estado de São Paulo (Seduc/SP) foram implementadas nas escolas, na visão de diretores escolares. Neste trabalho, serão abordadas as orientações voltadas para o currículo e a avaliação escolar.

Além da sistematização e análise das orientações emanadas pelas normativas e documentos oficiais, foram analisadas informações coletadas por meio de grupo focal, composto por diretores que atuam em escolas com diferentes perfis em relação ao

tamanho das unidades, às etapas de ensino atendidas, à sua localização e ao atendimento oferecido em tempo parcial ou integral.

Compreende-se os diretores como importantes interlocutores entre as orientações e diretrizes estabelecidas pelos órgãos centrais da política e os professores, ao concebê-los como “agentes e atores das políticas educacionais que, por meio do *processo da política*, agem reinterpretando e redesenhando as normas e diretrizes da Seduc-SP, conforme suas concepções e as condições e possibilidades de atuação” (MARTINS *et al*, 2022, p. 25).

## **Desenvolvimento**

Em relação ao currículo, as principais orientações da Seduc/SP indicaram a necessidade de antecipação de processos de planejamento, tendo em vista uma nova reorganização curricular que elegeu as chamadas Habilidades Essenciais como prioritárias nas ações e atividades pedagógicas das escolas. A seleção dessas habilidades nortearia a elaboração dos conteúdos de ensino, veiculados pelo Centro de Mídias do Estado de São Paulo (CMSP)<sup>1</sup> para os alunos, por meio de videoaulas e atividades virtuais, e para escolas e docentes, via material formativo. As aulas ministradas pelo CMSP eram planejadas com base nessas habilidades e, na escola, caberia aos professores o seu desenvolvimento, apoiados pela equipe gestora “para planejar roteiros de atividades a serem programadas semanalmente” (MARTINS *et al*, 2022, p. 102).

No entanto, segundo os diretores que participaram do grupo focal, o descompasso entre a programação educacional (do CMSP e das escolas) e as práticas de ensino realizadas, somadas às condições existentes para a realização do ensino remoto (entrega atrasada dos materiais impressos, aos estudantes, para acompanhamento das aulas do CMSP; dificuldades de acesso dos estudantes às tecnologias e mídias digitais) – impôs a necessidade de o professor trabalhar a mesma aula/conteúdo diversas vezes, o que reverberou na implementação do currículo.

O currículo acabou sendo enxuto. Foi o professor acompanhando o que está acontecendo no Centro de Mídias e planejando em cima daquilo.

---

<sup>1</sup> O CMSP é um órgão da Seduc/SP que, no contexto pandêmico, tornou-se responsável – juntamente com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (EFAPE), pelos processos formativos de docentes e estudantes.

O professor deu a mesma aula, ainda que com recursos diferentes, mais de uma vez. (Grupo Focal)

Em relação à avaliação da aprendizagem dos alunos, as falas dos diretores indicam que esse não foi um processo bem-sucedido durante a pandemia. Primeiramente, porque o monitoramento ou acompanhamento qualitativo do que efetivamente as unidades escolares puderam realizar em termos do currículo estipulado para o período, bem como as decorrentes formas de avaliação da aprendizagem, se restringiram à entrega das atividades escolares. De fato, residiu nos próprios instrumentos de avaliação o meio pelo qual, efetivamente, as escolas puderam aferir a assiduidade ao processo de escolarização remoto, desfocando os objetivos precípuos de uma avaliação da aprendizagem.

Além disso, destaca-se a falta de compreensão das famílias sobre a natureza diagnóstica da avaliação e a importância de os alunos realizarem provas sem o auxílio de um adulto. Quando os alunos eram menores, os professores orientavam os pais sobre como proceder com a avaliação, mas, ainda assim, parte significativa das famílias resolviam as questões junto com os filhos. É compreensível esse tipo de comportamento das famílias, uma vez que não é responsabilidade e competência delas acompanharem o desenvolvimento de provas. Isso exige conhecimentos técnicos e práticas de ensino próprios do magistério. Além disso, a utilização de instrumentos avaliativos - pensados, não raro, para o contexto de sala de aula presencial -, ao serem preenchidos em casa configurou uma estratégia vulnerável, na medida em que – supostamente – não expressaria fidedignamente a aprendizagem dos estudantes.

Em que pese as alegadas orientações que teriam sido fornecidas às famílias sobre como proceder com a avaliação, essa estratégia parece ter sido inócua. Para a família é comum que a avaliação se reduza à mensuração e ao seu resultado, consubstanciado na nota e não seja tomada como instrumento diagnóstico do processo de aprendizagem.

Como resultado, no retorno presencial, verificou-se que o real desempenho dos alunos não correspondia à expectativa criada na devolutiva dos exercícios. Resultado semelhante foi encontrado por Santos, Marques e Moura (2021). Os problemas identificados pelos diretores expuseram a fragilidade dos modelos tradicionais de avaliação e a compreensão de que práticas avaliativas tão arraigadas entre docentes, não eram condizentes com o ensino remoto ofertado no cenário pandêmico.

[...] E aí coube, mais uma vez, essa questão do professor fazer uma reflexão do que é a avaliação escolar, do que ele pretende que o aluno

compreenda nesse processo, desenvolvido dessa forma, de forma remota, o aluno lá na casa dele. E aí eu acho que isso também foi um avanço, sabe. Os professores também começaram a ter essa percepção de que eles teriam que pensar numa avaliação realmente formativa. Não cabe aquela avaliação que você corrige as atividades e conta quantos certos e quantos errados tem na atividade. E eu acho que foi necessário acontecer uma coisa como essa [a pandemia e o ensino remoto] para que, realmente, a escola percebesse o quanto ainda estava retrógrada no seu sistema de avaliação da aprendizagem [...]. (Grupo Focal)

Importante considerar, também, que expressiva parcela de alunos não teve acesso ao ensino remoto e permaneceu distanciada das atividades escolares durante esse período. Esse fato gerou impasses e dificuldades para definir critérios de aprovação e reprovação de alunos.

## **Conclusões**

O descompasso entre a programação educacional e as práticas de ensino realizadas remotamente, ao que parece, teve efeitos na implementação do currículo, que precisou ser enxuto para que pudesse ser, minimamente, cumprido. Além disso, não houve sincronia entre as aulas ministradas virtualmente e o material impresso distribuído para as escolas, uma vez que ocorreram atrasos na entrega dos materiais impressos relativos às aulas apresentadas pelo CMSP.

No que tange à avaliação, a reorganização involuntária dos processos de ensino e aprendizagem no ensino remoto parece ter comprometido não apenas a capacidade dos professores em avaliar a aprendizagem dos estudantes, mas também a efetividade do esforço realizado pelas escolas na tentativa de minimizar os inexoráveis prejuízos acumulados pelos estudantes, em decorrência do isolamento social.

## **Referências**

BALL, S. J. *Education reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J.; BOWE, R.; GOLD, A. *Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology*. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 1992.

LASCOUMES, P.; LE GALÉS, P. *Sociologia da ação pública*. Maceió: Editora da UFAL, 2012.

LOTTA, G. Agentes de implementação: uma forma de análise de políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 19, n. 65, p. 186-206, jul./dez. 2014.

LUNARDI, N. M. S.S. *et al.* Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. *Educação & Realidade*, v. 46, 2021.

MARTINS, A. M. *et al.* Ensino remoto: a implementação de orientações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo por diretores escolares (vol. 1). 123p. (*Textos FCC: Relatórios técnicos*, 60). São Paulo: FCC, 2022.

SANTOS, F.; MARQUES, H. J.; DE MOURA, M. A. D.. Avaliação da aprendizagem e ensino remoto: o que dizem os professores?. *Linhas Críticas*, v. 27, 2021.

SANTOS, M. M.; DOS SANTOS, C. B.. Cultura escolar em tempos de pandemia e distanciamento social. *Olhar de Professor*, v. 24, p. 1-11, 2021.